

**PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE HABILITAÇÃO
DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – EDITAL 001/CHO/PMPA/2021**

2ª ETAPA - PROVA DE CONHECIMENTOS

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA TIPO 2

MARQUE ESSE TIPO DE PROVA NO SEU CARTÃO RESPOSTA
MARCAÇÃO INCORRETA, OU NÃO MARCAÇÃO, DO TIPO DA CAPA DA PROVA no CARTÃO
RESPOSTA é de inteira responsabilidade do candidato implicando na NÃO CORREÇÃO do seu cartão
resposta.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. O saco plástico recebido para guarda do material deverá, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
2. Além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu seu CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas e o seu FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, para transcrição definitiva da sua redação.
3. Confira se seus dados pessoais e cargo, constam na parte superior do CARTÃO RESPOSTA e na parte inferior do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO que você recebeu. Caso exista alguma imprecisão ou erro de impressão, comunique ao fiscal de sala, a fim de que este registre a devida correção de dados.
4. Esta prova terá duração de 05 (cinco) horas sendo constituída de uma prova com 80 (oitenta) questões objetivas e de uma redação.
5. Somente em caso de urgência o candidato deverá pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo permanecer de máscara e calado no percurso, podendo antes e depois da entrada na sala e no banheiro sofrer revista com detector de metais. Ao sair da sala, no término da sua prova, o candidato deverá continuar de máscara e não poderá utilizar o banheiro.
6. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a sua prova.
7. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, **duas** horas após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do Processo Seletivo.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as feitas com lápis não serão consideradas.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA e do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O candidato deverá transcrever a Redação para o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, obedecendo ao limite mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
12. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
13. Ao final da sua prova, você deverá devolver o BOLETIM DE QUESTÕES, juntamente com o CARTÃO RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO. O candidato poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES desde que esteja faltando 1h ou menos para seu término.
14. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, de máscara, aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
15. Será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo Interno para Admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará, o candidato que, durante a realização da prova de conhecimentos, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/CHO/PMPA/2021.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

Polícia Militar do Pará comemora 39 anos
do ingresso de mulheres na corporação

O Dia da Policial Militar, instituído pela Assembleia Legislativa, busca valorizar e reconhecer o papel feminino na segurança pública

01 Há exatos 39 anos, em 1º de fevereiro de 1982, começou a história da
02 participação feminina na Polícia Militar do Pará, com a entrada no Centro de
03 Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Cfap), no distrito de Outeiro, em Belém,
04 da primeira turma de policiais femininas da corporação. Eram quatro alunas
05 sargento e 50 alunas soldado, além de três oficiais, estas as pioneiras do Curso
06 de Formação de Oficiais (CFO), realizado na Academia de Polícia Militar do Barro
07 Branco, da PM de São Paulo (SP). Já a primeira turma de praças foi coordenada
08 pelo coronel Roberto Pessoa Campos, da PM do Pará.

09 Uma das pioneiras na instituição, a major Máurea Mendes Leite, que hoje
10 está na reserva remunerada, relembra que a chegada feminina à PM do Pará foi
11 uma mudança de paradigma para a corporação e para as mulheres. “Foi um
12 caminho simbólico. A maioria das mulheres tinha uma origem humilde, e isso foi
13 um grande salto na nossa vida profissional e na perspectiva de vida das nossas
14 famílias. A carreira a ser trilhada na PM foi um marco de empoderamento das
15 mulheres e uma nova perspectiva profissional. A cada aniversário voltam
16 lembranças boas de luta e conquistas, e eu fico muito grata em fazer parte desta
17 história”, ressalta a oficial da reserva.

18 No dia 14 de dezembro de 2011 foi aprovada a Lei Ordinária 7.576, de
19 autoria da deputada estadual Ana Cunha, que instituiu o dia 1º de fevereiro como
20 Dia da Policial Militar no Pará. A parlamentar justificou no projeto a importância
21 da presença feminina no Pará, argumentando que a instituição de datas
22 comemorativas tem como um de seus objetivos valorizar a cultura e a formação
23 da identidade social, evidenciando a memória coletiva de algo ou alguém que,
24 por seus méritos, não deva ser esquecido.

25 Segundo ela, a data é o reconhecimento do trabalho desempenhado
26 pelas policiais militares que atuam na manutenção de ordem e segurança pública
27 no Estado.

28 O comandante-geral da PM, coronel José Dilson Melo de Souza Júnior,
29 ressaltou a importância não só da turma de 1982, como de todas as mulheres
30 que fazem parte da corporação. “Parabenizamos todas as mulheres que fazem
31 parte da história da PM, e ressaltamos que esta data, além de simbolizar a
32 entrada da primeira turma feminina, também foi instituída em lei estadual como
33 dia da Policial Militar do Pará”, reiterou o comandante-geral.

Por Taiane Figueiredo (PM)
Disponível em <https://agenciapara.com.br/noticia/24807/>
Acessado em 18/11/2021
Texto adaptado

01 Em *Foi um caminho simbólico*. A maioria das mulheres tinha uma origem humilde, e isso foi um grande salto na nossa vida profissional e na perspectiva de vida das nossas famílias (linhas 11 a 14), o termo grifado refere-se

- (A) à chegada das mulheres à Polícia Militar do Estado do Pará.
- (B) à mudança de paradigma para a corporação e para as mulheres.
- (C) ao caráter simbólico da atuação feminina na PM.
- (D) ao fato de a maioria das policiais ser de origem humilde.

02 Pertencem à mesma classe as palavras

- (A) *eram* (linha 4), *militar* (linha 20) e *ressaltamos* (linha 31).
- (B) *hoje* (linha 9), *marco* (linha 14) e *grata* (linha 16).
- (C) *cada* (linha 15), *alguém* (linha 23) e *todas* (linha 30).
- (D) *com* (linha 2), *já* (linha 7) e *segundo* (linha 25).

03 No texto, o neologismo *empoderamento* (linha 14) é empregado para referir-se ao processo de

- (A) investir-se de poder.
- (B) deixar-se possuir.
- (C) atribuir-se poder.
- (D) apoderar-se de algo.

04 No último parágrafo do texto (linhas 30 a 33), as aspas foram empregadas para indicar

- (A) ironia.
- (B) o destaque de uma ideia.
- (C) o discurso direto.
- (D) uma expressão popular.

05 De acordo com o texto, a presença de mulheres no contingente da Polícia Militar do Pará teve como marco

- (A) a implementação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Cfap) em Outeiro.
- (B) o ingresso, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, das primeiras mulheres.
- (C) a conclusão do curso de formação e aperfeiçoamento de praças por mulheres policiais.
- (D) a oficialização da presença de mulheres na corporação da Polícia Militar do Estado do Pará.

06 Concluíram o Curso de Formação de Oficiais, na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo,

- (A) quatro alunas sargento, 50 alunas soldado e três oficiais.
- (B) quatro alunas sargento.
- (C) 50 alunas soldado.
- (D) três alunas oficiais.

07 Para a major Máurea Mendes Leite, a chegada de mulheres na PM do Pará mudou paradigmas porque

- (A) determinou alterações na constituição do contingente da PM.
- (B) empoderou mulheres que antes não conseguiam ascender.
- (C) representou a conquista de direitos reivindicados há tempos.
- (D) permitiu que estas tivessem mais expectativas profissionais.

08 Segundo Ana Cunha, a instituição do Dia da Policial Militar no Pará permitiu

- (A) a valorização da cultura do Estado do Pará.
- (B) o reconhecimento do trabalho das policiais.
- (C) a continuidade da memória coletiva paraense.
- (D) a abertura de vagas de emprego para mulheres.

ATUALIDADES

09 O Governo do Estado do Pará e a Agência Nacional de Mineração assinaram, no mês de setembro de 2021, um acordo de cooperação técnica visando a

- (A) monitorar e fiscalizar, de modo mais efetivo e abrangente, a atividade mineral no Pará.
- (B) promover cursos profissionalizantes para geólogos e técnicos de minas residentes no Estado.
- (C) transformar em empresas público-privadas as duas maiores mineradoras que atuam no Pará.
- (D) destinar 15% do valor oriundo da mineração para programas sociais realizados no Estado.

10 Em novembro de 2021, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Assembleia Legislativa do Pará que investiga a empresa Vale do Rio Doce no Estado realizou audiência pública em Altamira para discutir os impactos causados pela Usina de Belo Monte pelo fato de

- (A) a Usina e a Vale receberem incentivos e recursos estaduais e municipais.
- (B) 25% da energia produzida por Belo Monte se destinar à Vale.
- (C) o Governo do Pará aumentar os impostos dos municípios em que esta se localiza.
- (D) a Vale ser uma das acionistas da Usina de Belo Monte.

11 Na segunda quinzena de setembro de 2021 ano, o presidente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), à época, foi denunciado pelo Ministério Público Federal por improbidade administrativa, tornando-se réu por descumprir decisões de acordo judicial que obrigam a Funai a

- (A) comprovar a entrega de vacinas contra COVID-19 para comunidades indígenas do Pará.
- (B) elaborar parecer técnico-científico permitindo a exploração de minério em terras indígenas.
- (C) avançar a demarcação do território indígena Munduruku em Santarém.
- (D) investigar a compra de parte da reserva Tapajós-Arapiuns por multinacional petrolífera.

12 O ISA (Instituto Socioambiental) lançou, em fins de novembro, um estudo apontando descumprimento de lei em obras do governo federal realizadas no Pará, tais como a ferrovia Ferrogrão e as rodovias BR-163, BR-230 e BR-158 devido à ausência de

- (A) investimentos nos municípios afetados pelo desmatamento causado pelas obras.
- (B) consulta junto a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.
- (C) decretos criando reservas ambientais após execução das obras federais.
- (D) sinalizações rodoviárias indicando presença de animais nativos próximos às vias.

13 Em novembro de 2021, o Governo do Estado do Pará promoveu, em Belém, um evento chancelado pela União Europeia visando a debater o desenvolvimento sustentável da Amazônia, cuja denominação foi

- (A) COP-26.
- (B) Amazônia in Loco.
- (C) Eco Sustentabilidade 2021.
- (D) IV Conferência Estadual de Meio Ambiente.

RACIOCÍNIO LÓGICO

14 Uma unidade possui 3 oficiais e 4 praças aptos a fazerem parte de comissões disciplinares com 3 componentes, sendo que a presidência tem que ser exercida por um dos oficiais. Sabendo-se que, por exemplo, a comissão A presidente, B e C Membros difere da comissão B presidente, A e C membros, o número de comissões distintas que se pode formar com esses militares, tendo pelo menos um praça em sua constituição, é igual a

- (A) 60.
- (B) 52.
- (C) 48.
- (D) 42.

RASCUNHO

15 Em 2021, entre os dias 1º de março (01/Mar), uma segunda-feira, e 30 de setembro (30/Set), uma quinta-feira, as guarnições militares Alfa, Beta, Gama e Zeta, nesta ordem, alternaram-se, em plantões de serviços, conforme registrado, resumidamente, no quadro abaixo:

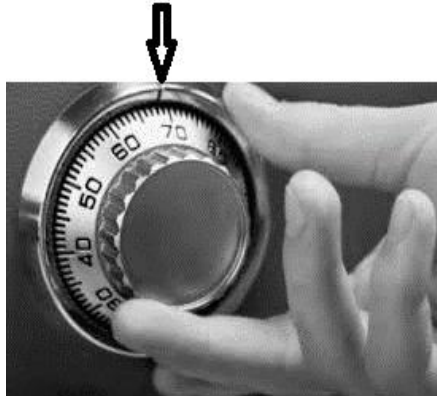
Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
01/Mar/Alfa	02/Mar/Beta	03/Mar/Gama	04/Mar/Zeta	05/Mar/Alfa	06/Mar/Beta	07/Mar/Gama
08/Mar/Zeta	09/Mar/Alfa	10/Mar/Beta	11/Mar/Gama	12/Mar/Zeta	13/Mar/Alfa	14/Mar/Beta
15/Mar/Gama	16/Mar/Zeta	17/Mar/...	18/Mar/...	19/Mar/...	20/Mar/...	21/Mar/...
22/Mar/...	23/Mar/...	24/Mar/...	25/Mar/...	26/Mar/...	27/Mar/...	28/Mar/...
29/Mar/...	30/Mar/...	31/Mar/...	01/Abr/...	02/Abr/...	03/Abr/...	04/Abr/...
...
27/Set/...	28/Set/...	29/Set/...	30/Set/...			

No dia 30 de setembro, esteve de plantão a guarnição

- (A) Alfa.
- (B) Beta.
- (C) Gama.
- (D) Zeta.

RASCUNHO

16 Um cofre de segredo giratório tem um relógio com 100 divisões, conforme a figura abaixo:



Para abri-lo, deve-se dar três ou mais voltas no sentido horário, posicionando-se o ponteiro em um determinado número inicial. Depois, deve-se girar o relógio um quarto de volta no sentido anti-horário e parar, girar três quartos de volta no sentido horário e parar, e, para finalizar, girar um quinto de volta no sentido anti-horário, parar e abrir o cofre. Se a finalização ocorreu no número 68, o número inicial é igual a

- (A) 38.
- (B) 48.
- (C) 58.
- (D) 68.

RASCUNHO

17 Segundo a primeira lei de De Morgan, a negação da sentença “Silva não é sargento e Pereira não é oficial” é

- (A) Silva é sargento e Pereira é oficial.
- (B) Silva não é sargento mas Pereira é oficial.
- (C) Silva é sargento ou Pereira é oficial.
- (D) Silva é sargento mas Pereira não é oficial.

18 Considere as seguintes sentenças:

S₁: Para todo militar existe uma missão.

S₂: Sargento Maia é paraense.

Pode-se afirmar que

- (A) S₁ enquadra-se como sentença de uma lógica proposicional enquanto S₂ caracteriza-se como sendo de uma lógica de 1^a ordem.
- (B) S₁ enquadra-se como sentença de uma lógica de 1^a ordem enquanto S₂ caracteriza-se como sendo de uma lógica proposicional.
- (C) S₁ e S₂ enquadram-se como sentenças lógicas exclusivamente de 1^a ordem.
- (D) S₁ e S₂ enquadram-se como sentenças lógicas exclusivamente proposicionais.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

19 Sobre o Mandado de Segurança como direito individual na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) é útil à garantia da liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) protege direito líquido e certo, exclusivamente por abuso de poder.
- (C) protege direito líquido e certo, exclusivamente por ilegalidade.
- (D) é cabível contra agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público que seja responsável por ato ilegal.

20 Sobre a Segurança Pública na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) é exercida pelos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, e Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital.
- (B) as polícias penais municipais subordinam-se aos prefeitos municipais do sistema penal da respectiva unidade federativa.
- (C) as polícias penais estaduais e distritais são forças auxiliares à atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública das polícias militares estaduais e distritais.
- (D) os municípios podem instituir guardas municipais e polícias penais.

21 Sobre a Segurança Pública na Constituição do Estado do Pará de 1989 é certo afirmar que

- (A) a política de segurança pública do Estado é definida pelo Comando Militar do Estado por ato de seu Estado-Maior.
- (B) a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública são disciplinados por lei complementar estadual.
- (C) os delegados de polícia de carreira da polícia civil são selecionados por concurso público de provas ou de provas e títulos entre bacharéis em Direito e em Segurança Pública.
- (D) compete à Polícia Militar o policiamento ostensivo fardado, a preservação da ordem pública, a segurança interna do Estado, a colaboração na preservação do meio ambiente, a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural, além de outras atribuições previstas em lei.

22 Sobre os brasileiros na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) os natos são apenas aqueles nascidos na República Federativa do Brasil.
- (B) os naturalizados dependem de Decreto do Presidente da República como ato final do processo de naturalização.
- (C) aos naturalizados originários de países de língua portuguesa é exigida a residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (D) aos naturalizados originários de países de língua portuguesa é exigida a residência por um ano, resultado da soma de períodos de residência no Brasil, e idoneidade moral.

23 Sobre os direitos políticos na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) o alistamento militar não é condição de elegibilidade.
- (B) o alistamento eleitoral não é condição de elegibilidade.
- (C) o alistamento eleitoral é obrigatório aos maiores de dezesseis anos.
- (D) os conscritos podem alistar-se como eleitores.

24 Sobre os direitos e deveres individuais, de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, é correto afirmar que

- (A) o anonimato é garantia essencial à liberdade de manifestação do pensamento.
- (B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (C) há plena liberdade de associação para fins lícitos, inclusive de caráter paramilitar, desde que devidamente registrada junto ao Exército brasileiro.
- (D) a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é exercida dentro dos parâmetros definidos por ato do Ministério da Justiça.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

25 Para que exerça adequadamente suas funções, a administração pública é constituída de poderes, dentre os quais, o poder de polícia, por meio do qual poderá,

- (A) em nome do interesse público, restringir e condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos.
- (B) em nome da legalidade, publicar atos normativos, criando novos direitos.
- (C) em nome da moralidade, inovar ao aplicar sanções administrativas, já que a conduta do administrado não precisa estar previamente prevista em lei como infração administrativa.
- (D) em nome da publicidade, realizar atividades de polícia judiciária e, assim, investigar infrações penais praticadas por particulares.

26 O abuso de poder por parte do agente público ocorre quando este:

- (A) agir conforme as atribuições que lhe são conferidas por lei.
- (B) exercer atividades que a lei não lhe conferiu.
- (C) praticar ato com fim diverso da sua vontade.
- (D) praticar ato objetivando atingir os fins da lei.

27 Quanto aos elementos ou requisitos do ato administrativo, haverá vício,

- (A) em razão da competência, quando o ato se exteriorizar por meio distinto daquele exigido.
- (B) em razão da motivação, quando o agente delega a prática de um ato administrativo não autorizado pelo ordenamento jurídico.
- (C) em face do objeto, se um ato determinado ocorrer com a prática de atividade proibida por lei.
- (D) em face da forma, se o motivo justificante do ato for falso ou inexistente.

28 A Administração Pública tem a competência de executar as suas decisões independentemente de autorização do Poder Judiciário, podendo utilizar mecanismos próprios de coerção para atingir os resultados pretendidos. Tal atributo dos atos administrativos denomina-se:

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) autoexecutoriedade.
- (C) imperatividade.
- (D) tipicidade.

RASCUNHO

29 A Constituição Brasileira de 1988 prevê uma série de princípios que regem a Administração Pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio da eficiência determina que a administração pública deve

- (A) garantir que os administrados possam tomar conhecimento de seus atos e, assim, controlar as ações do poder público.
- (B) pautar seus atos no interesse público, com honestidade, transparência e boa-fé.
- (C) agir conforme a Lei autoriza ou determina.
- (D) primar pela realização dos serviços públicos com o melhor desempenho possível, alcançando os melhores resultados.

30 A administração pública é estruturada em administração direta e indireta em todas as esferas (federal, estadual, distrital e municipal). A administração pública direta se caracteriza por ser composta por:

- (A) órgãos que, em regra, não possuem personalidade jurídica própria.
- (B) órgãos cujas competências são definidas em planos de governos.
- (C) órgãos que podem ser criados ou extintos, no âmbito federal, por decreto emitido pelo chefe do Poder Executivo.
- (D) órgãos aos quais se pode atribuir a responsabilidade decorrente dos atos dos agentes públicos.

31 Os agentes públicos são responsáveis pela realização das atividades que dão cumprimento aos fins do Estado e ocupam cargos ou empregos públicos ou exercem funções públicas. Dentre estes, estão os militares, que, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro,

- (A) uma vez na reserva, não recebem soldo igual aos militares da ativa.
- (B) podem cumular outros cargos, empregos ou funções.
- (C) não têm direito ao salário-família e ao auxílio-creche.
- (D) estão sujeitos ao teto remuneratório dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

32 É correto afirmar que o concurso público, enquanto mecanismo de investidura em cargo ou emprego público,

- (A) se dá mediante aprovação em avaliação de títulos, o que permite à administração pública contratar pessoas com maior capacidade técnica.
- (B) ocorre para garantir a isonomia no acesso ao serviço público, a partir de aprovação em seleção constituída por provas ou provas e títulos.
- (C) em âmbito federal não possui prazo de validade.
- (D) não é exigido para o ingresso na administração pública indireta.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

33 Juliana, depois de descobrir uma traição por parte de sua esposa, embebedou-se e decidiu riscar o carro de seu cônjuge durante a noite. De acordo com o Código Penal,

- (A) Juliana é imputável.
- (B) Juliana é inimputável pela emoção e paixão com que foi movida.
- (C) Juliana é inimputável pela embriaguez.
- (D) Juliana responde pelo crime com a pena reduzida de um terço à metade.

RASCUNHO

34 Uma das atribuições do Estado é, justamente, o poder de punir, que surge a partir do momento em que há a violação de uma norma penal. Algumas hipóteses legais, todavia, limitam o poder do Estado, por conta de causas que acarretam a extinção da punibilidade do acusado. Sobre o assunto, o Código Penal afirma que

- (A) a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo mínimo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- (B) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro, se estende a este.
- (C) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
- (D) a sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

35 Jonilson nasceu no Uruguai, mas naturalizou-se brasileiro. Em viagem ao país em que nasceu, cometeu um homicídio. Sobre essa situação é correto afirmar o seguinte:

- (A) não é possível a aplicação da lei penal brasileira.
- (B) é condição de procedibilidade para o início da ação penal a entrada do agente em território nacional.
- (C) para os efeitos penais, considera-se como extensão do território nacional aquele em que um brasileiro esteja.
- (D) caso tenha sido perdoado no país de origem, não se extingue, de qualquer modo, a punibilidade no Brasil.

36 O crime de peculato inaugura o Capítulo I – “Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral” – do Título XI – “Dos crimes contra a administração pública” – no Código Penal. Trata-se de conduta

- (A) apenada com pena de detenção de dois a doze anos e multa.
- (B) que envolve apropriação, pelo funcionário público, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular de que tem a propriedade, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (C) cuja pena é a mesma que cumpre o funcionário público que, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- (D) em que, se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem, tem pena de detenção, de três meses a dois anos e multa.

37 Os sequestros do empresário Abílio Diniz, em 11 de dezembro de 1989, e do publicitário Roberto Medina, em 6 de junho de 1990, estão na gênese da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8072/90). De acordo com o Código Penal,

- (A) a extorsão mediante sequestro tem pena de reclusão, de quatro a dez anos.
- (B) no caso de extorsão mediante sequestro que dura mais de 48 (quarenta e oito) horas, a pena é de reclusão de doze a vinte anos.
- (C) a extorsão mediante sequestro é a conduta de sequestrar pessoa com o fim de obter vantagem econômica.
- (D) em caso de extorsão mediante sequestro cometido em concurso, o concorrente que a denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

RASCUNHO

38 A Lei nº 13.968, de 26 de dezembro de 2019, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique. De acordo com a alteração trazida pela Lei,

- (A) a pena é duplicada se a vítima for menor de 21 anos.
- (B) a pena é de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos se da automutilação ou da tentativa de suicídio resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.
- (C) a pena é duplicada se o crime for cometido contra cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (D) aumenta-se a pena em um terço se o agente for líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

39 Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Nesse sentido,

- (A) a Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, trouxe a possibilidade de o juiz de garantias julgar o *habeas corpus* impetrado sobre o oferecimento da denúncia.
- (B) os recursos serão voluntários, excetuando-se os casos em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz da sentença que conceder *habeas corpus*.
- (C) quando o recurso for de *habeas corpus*, o procurador geral não terá vista dos autos.
- (D) a concessão do *habeas corpus* obstará o processo.

40 Há hoje um polêmico debate sobre a possibilidade de prisão em segunda instância. De acordo com os preceitos constitucionais, uma pessoa deve ser considerada inocente até a sua condenação, ou seja, até o trânsito em julgado da sua sentença penal. Sobre esse tema o Código de Processo Penal traz a prisão preventiva

- (A) que o juiz poderá determinar nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- (B) que o juiz de ofício poderá decretar se, no correr da investigação ou do processo, verificar que, após a revogação, sobrevieram razões que a justificam novamente.
- (C) que pode ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência de fatos pretéritos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- (D) cujo órgão emissor da decisão deve revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias.

41 De acordo com o capítulo concernente à Ação Penal Código de Processo Penal, que passou por recente reforma,

- (A) há o direito de se exigir ou pedir a tutela jurisdicional dos indivíduos, tendo como objetivo a resolução de um conflito decorrente de um fato concreto.
- (B) nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada por qualquer pessoa do povo.
- (C) em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.
- (D) não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o juiz poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

42 O Brasil adotou um sistema de investigação preliminar conduzido pela polícia judiciária, sobressaindo o inquérito policial como principal procedimento investigativo para a busca da verdade na fase pré-processual. No inquérito policial,

(A) quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo de até 180 dias.

(B) a autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao Ministério Público.

(C) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada pela autoridade policial.

(D) a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

43 A investigação policial é fundamental na instrução criminal e sempre foi fonte intensa de debates doutrinários e jurisprudenciais. Acerca da investigação preliminar conduzida pela polícia judiciária é correto afirmar o seguinte:

(A) é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

(B) gera nulidade a ausência de juntada do inquérito policial, por meio eletrônico, aos autos da ação penal.

(C) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessam à prova, devem permanecer sob responsabilidade da autoridade policial na fase processual e ser disponibilizados ao juízo sempre que por ele forem requisitados.

(D) nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial mencionará quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes.

44 A competência se relaciona à jurisdição, pois é o limite da atuação jurisdicional, ou seja, é medida de jurisdição. No processo penal, a competência

(A) será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

(B) poderá ser o foro de seu domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração, nos casos de exclusiva ação privada.

(C) é do Juízo das Execuções Penais do Estado a Execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a Administração Estadual.

(D) é da Justiça Federal no processo por contravenção penal, na vigência da Constituição de 1988, praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.

RASCUNHO

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

45 Inconformados com a forma como as escalas de serviço estavam sendo distribuídas entre os policiais militares, certo grupo resolveu se reunir para debater maneiras de boicotar as normas superiores. No dia designado, enquanto a reunião e os debates acalorados aconteciam, estes foram surpreendidos por seus superiores, que tomaram conhecimento da situação narrada. Pelo exposto, é correto afirmar que

(A) o caso narrado pode ser enquadrado no crime de omissão de lealdade militar, pois, ao se reunirem sem a notificação prévia de seus superiores, praticaram conduta antiética e antidemocrática.

(B) os policiais encontrados na reunião devem ser responsabilizados pelo crime de organização de grupo para a prática de violência, pois o desrespeito às orientações de superiores configura verdadeira violação aos preceitos da Constituição Federal de 1988.

(C) os policiais encontrados na reunião deverão ser responsabilizados pelo crime de motim, uma vez que se reuniram para negar o cumprimento de ordens superiores.

(D) o crime que pode ser verificado na situação narrada é de conspiração, pois os policiais foram flagrados durante a reunião em que combinavam descumprir a ordem, não chegando a praticar nenhum ato direto de motim.

46 Sobre o concurso de agentes é correto afirmar o seguinte:

(A) a punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade.

(B) entre os agentes responsáveis por certa prática criminosa, comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime.

(C) todos os indivíduos que tiveram qualquer tipo de contribuição para o delito final devem ser por este responsabilizados, não havendo qualquer consideração individual sobre atuações de menor ou maior relevância.

(D) na prática de crime de autoria coletiva necessária, consideram-se cabeças não os que dirigem ou provocam, mas os responsáveis por conseguir o material do qual a prática final depende.

47 Sobre as penas que podem ser aplicadas aos militares, é correto afirmar o seguinte:

(A) a pena de suspensão do exercício de posto, graduação, cargo ou função consiste na agregação, no afastamento, no licenciamento ou na disponibilidade do condenado, pelo tempo fixado na sentença, sem prejuízo do seu comparecimento regular à sede do serviço, podendo, contudo, ser este tempo contado como tempo de serviço.

(B) quando condenado pela Justiça Militar, o civil sempre deverá cumprir a sua pena em estabelecimento penal militar, frente a necessidade de uma fiscalização mais severa.

(C) durante o cumprimento da pena, não se atenderá a qualquer condição das praças especiais ou das graduadas.

(D) a pena de reclusão ou de detenção até 2 (dois) anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida, quando não cabível a suspensão condicional pelo oficial, em recinto de estabelecimento militar.

RASCUNHO

48 Em estado de embriaguez completa causada pela reação não prevista pela bula de certo medicamento que lhe foi prescrito por médico autorizado, um praça comete um crime contra a vida. Sobre tal situação é correto afirmar que

- (A) não há possibilidades de diminuição da pena quando se analisa a imputabilidade de um agente.
- (B) a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento não são requisitos analisados quando se busca a responsabilização penal de alguém.
- (C) não é imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (D) a pena pode ser reduzida de três a cinco sextos, se o agente por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

49 Com base nas previsões do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações) sobre os crimes militares em tempo de paz, é correto afirmar que são considerados crimes militares

- (A) os crimes previstos no Código Penal Militar e os previstos na legislação penal, quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- (B) os crimes praticados por militar da reserva contra o patrimônio privado.
- (C) as condutas previstas no respectivo Código e na legislação penal, quando praticados por militares reformados, em qualquer lugar, contra civil.
- (D) as ações tipificadas no Código Penal Militar e as previstas na legislação penal, independente de quem seja o autor responsável.

50 Sobre a aplicação da lei penal militar é correto afirmar o seguinte:

- (A) para que ocorra a correta aplicação da lei penal militar no espaço, deve-se considerar critérios apenas de territorialidade.
- (B) a alteração de uma lei penal militar que passe a abolir uma conduta anteriormente considerada como crime, não deve atingir casos de condenações já transitadas em julgado.
- (C) é vedada a combinação de leis no tempo. Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.
- (D) para os efeitos da aplicação da lei penal militar não se consideram como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente.

RASCUNHO

51 Um certo Oficial, responsável pelo treinamento de um grupo de recrutas na Academia de Polícia Militar, toma conhecimento de que um deles está apresentando sinais de esgotamento e instabilidade emocional. Frente tal informação, o Oficial decide punir o recruta pela moléstia apresentada, ordenando-lhe que realize atividades físicas extremamente exaustivas e o submete a humilhação pública, diante dos demais recrutas, por meio de ofensas e chacotas. O aumento do rigor aplicado e as provocações públicas fazem com que o recruta decida tirar a própria vida, o que é consumado. Considerando-se essa situação, é correto afirmar que

(A) a atuação do Oficial deve ser considerada como homicídio doloso, uma vez que sua resposta à informação da doença de seu recruta sugere responsabilidade direta no resultado morte alcançado.

(B) a conduta do Oficial não é autorizada pelo Código Penal Militar, devendo ser considerada como crime de provocação indireta ao suicídio, uma vez que sua atuação contra alguém sabidamente instável psicologicamente pode conduzir à compreensão de que este aceitou o risco de produzir o resultado nevrálgico, configurando, assim, dolo eventual em relação à morte alcançada.

(C) na hipótese de o recruta não ter conseguido consumir sua ação, sobrevivendo apenas com lesões leves, o Oficial deveria ser responsabilizado pela tentativa de suicídio.

(D) independente do crime pelo qual o Oficial for acusado, em seu desfavor deverá ser aplicada a sanção penal de pagamento de pensão para a família do recruta falecido, pelo período que durar a expectativa de vida da vítima.

52 Um grupo de policiais militares inconformados com as ordens que seu superior lhes dá resolve passar a ignorar tais ordens e jogar futebol em vez de cumpri-las. Considerando-se tal situação, é correto afirmar que

(A) a conduta dos policiais militares subalternos deve ser considerada como criminosa, podendo ser enquadrada na tipificação penal de motim, pois agiram contra a ordem recebida de superior, negando-se a cumpri-la.

(B) a conduta dos policiais militares subalternos deve ser considerada como atípica se não gerou nenhum prejuízo para a sociedade civil ou para a instituição militar.

(C) a ação em análise deve ser considerada como a previsão normativa do crime de revolta, podendo ser aplicado aumento de um terço para os cabeças da atuação desviante.

(D) a mesma se encaixa na descrição do crime de revolta, pois se trata de uma manifestação coletiva, organizada ou não, de insubmissão contra qualquer autoridade.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

53 Certo dia, um Major realizou conduta compatível com a previsão normativa de um crime militar. Para que fosse investigado e, posteriormente, responsabilizado, o Comandante da unidade, verificou a urgência da situação, bem como que não havia disponível oficial de posto superior, então resolveu designar outro major (o mais antigo da unidade) para apurar os fatos por meio de Inquérito Policial Militar. Nessa situação, o ato de designação deverá ser considerado como

(A) válido, pois, não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

(B) válido, desde que seja posteriormente homologado pelo Conselho Superior Militar.

(C) nulo, pois é necessário que a autoridade responsável pela condução do inquérito policial militar seja autoridade de posto superior em relação àquele que está sendo investigado.

(D) nulo, pois, não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que da reserva.

54 De acordo com o Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que a ação penal
(A) se apresenta nas seguintes modalidades: pública condicionada e incondicionada; privada exclusiva, personalíssima e subsidiária da pública.
(B) é, em regra, pública e incondicionada, admitindo a modalidade condicionada quando o agente for civil e não houver coator militar.
(C) é, em regra, pública e condicionada a autorização preliminar do procurador-geral.
(D) é pública e pode ser promovida pelo Ministério Público Militar, pela Defensoria Pública, por advogado particular e órgãos constituídos para defesa de interesses militares.

55 De acordo com as previsões normativas do Código de Processo Penal Militar e da Constituição Federal de 1988 sobre a competência da Justiça Militar Estadual, é correto afirmar que

(A) policial militar acusado de ter realizado abordagem fisicamente violenta contra civil durante uma abordagem em local público, responde pelo fato perante o Conselho de Justiça.
(B) compete à Justiça Militar do Estado em que ocorreu a prática delituosa processar e julgar policial de corporação estadual diversa.
(C) compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
(D) são órgãos considerados como de segunda grau de jurisdição o Conselhos de Justiça, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça Militar.

56 Considerando o tema medidas preventivas e assecuratórias, é correto afirmar que

(A) a busca apenas pode ser domiciliar, devendo ser realizada apenas no limite das portas adentro do imóvel.
(B) a busca domiciliar será executada de dia ou de noite, sempre que se buscar apreender coisas obtidas por meios criminosos ou guardadas illicitamente.
(C) não são considerados como “casa” compartimentos não abertos ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.
(D) se procederá à busca domiciliar quando fundadas razões a autorizarem, para colher elemento de convicção.

57 Determinada “*Delatio Criminis*” Inqualificada é conduzida até a autoridade administrativa, informando a ocorrência de crime contra a vida realizado por um policial militar. Sobre essa situação é correto afirmar o seguinte:

(A) diante de uma “*Delatio Criminis*” Inqualificada, deve a autoridade administrativa apurar a informação de forma preliminar, antes da instauração do inquérito policial.
(B) a “*Delatio Criminis*” Inqualificada é uma modalidade de investigação que não é aceita no processo penal militar, motivo pelo qual deve a autoridade administrativa encaminhar a informação para a responsabilização de quem a realizou.
(C) a “*Delatio Criminis*” Inqualificada ocorre quando a vítima comparece até a autoridade administrativa detendo informações suficientes para embasar sozinha um inquérito.
(D) a “*Delatio Criminis*” Inqualificada detém pressuposto de validade e lealdade, motivo pelo qual deve justificar a instauração do inquérito policial, imediatamente.

RASCUNHO

58 De acordo com as previsões do Código Processual Penal Militar sobre o inquérito policial militar e o interrogatório do indiciado, é correto afirmar o seguinte:

(A) para que uma confissão seja considerada válida não é necessário que tenha sido feita perante a autoridade competente, podendo ser reduzida a termo por outra autoridade e encaminhada ao agente público correto.

(B) para que uma confissão seja considerada válida é necessário que tenha sido feita perante a autoridade competente, de forma livre, espontânea e expressa. Faz-se necessário, ainda, que verse sobre o fato principal seja verossímil e tendo compatibilidade e concordância com as demais provas do processo.

(C) para que certa confissão seja considerada como válida é necessário que esta tenha sido feita perante a autoridade competente, de forma livre, espontânea e expressa. Uma vez feita, a confissão não admite retratação ou divisibilidade.

(D) o silêncio do acusado pode ser considerado como confissão, pois demonstra sua incapacidade de produzir elementos de defesa frente às acusações que estão sendo imputadas em seu desfavor.

59 De acordo com o Código de Processo Penal Militar, após tomar ciência de suposto crime militar contra a propriedade, a autoridade competente pela investigação poderá, antes da instauração do inquérito policial militar:

(A) conduzir pessoalmente os objetos apreendidos para perito particular de sua confiança.

(B) requerer autorização para o Conselho Superior Militar, buscando aval para futura investigação.

(C) apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato.

(D) autorizar que a imprensa entre na cena do crime, em razão de seu caráter público.

60 Considerando as previsões contidas no Código de Processo Penal Militar sobre a apresentação da ação penal, é correto afirmar o seguinte:

(A) a ação penal pode ser pública (intitulada de queixa-crime) ou privada (denominada de denúncia).

(B) para que seja apresentada a ação penal, é necessário que existam indícios de materialidade, autoria e no mínimo duas testemunhas que tenham presenciado os fatos criminosos.

(C) apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo, quando convencido da inocência do réu.

(D) a ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar.

RASCUNHO

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

61 A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, define os crimes de abuso de autoridade cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. Sobre a referida norma considere as afirmativas a seguir.

I- Será admitida ação privada subsidiária nos crimes previstos na referida Lei, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

II- O efeito da condenação referente à perda do cargo, do mandato ou da função pública é automático, desde que condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade.

III- Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

IV- É considerado crime de abuso de autoridade o ato de manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento, punível com pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I, II, III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

62 A Lei n. 7.716/89 define os crimes resultantes de preconceito, que podem ser cometidos por intolerância racial, étnica, religiosa ou de nacionalidade. Dentre as condutas consideradas típicas ou equiparadas pela lei, , **NÃO** é correto afirmar que

(A) deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.

(B) se o crime for praticado por servidor público será considerado como efeito da condenação, a perda do cargo ou função pública, desde que motivadamente declarados na sentença.

(C) impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos, com previsão de pena de reclusão de um a três anos.

(D) o juiz poderá determinar de ofício, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência, o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares de material que induza ou incita a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

RASCUNHO

63 A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad –, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes. A respeito dos crimes definidos pela Lei, é correto afirmar o seguinte:

(A) A ação de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para, juntos, a consumirem constitui crime, podendo a pena aplicada ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas e não integre organização criminosa.

(B) O agente que prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente ou o fizer em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será punido com pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa, podendo ainda o juiz comunicar a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença, após ouvir o Ministério Público.

(C) Será isento de pena o agente que, em razão da dependência ou sob seu efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(D) Todos os crimes previstos nesta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, sendo ainda vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

64 Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, crimes hediondos são aqueles que não admitem fiança, sendo ainda insuscetíveis de anistia, graça e indulto. Sobre tais crimes, conforme dispõe a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, considere as afirmações a seguir.

I- É crime hediondo a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima praticada contra integrante da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela.

II- A provocação intencional de epidemia, quando resultar em morte, é considerada crime hediondo.

III- As penas dos crimes hediondos são cumpridas inicialmente em regime fechado, podendo o réu apelar de sentença condenatória em liberdade, caso assim seja fundamentado pelo juízo na sentença.

IV- O crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado, é considerado crime hediondo.

(A) Somente as afirmações I, III e IV estão corretas.

(B) Todas as afirmações estão corretas.

(C) Somente as afirmações I, II e III estão corretas.

(D) Somente as afirmações II, III e IV estão corretas.

RASCUNHO

65 Sobre o crime de tortura, previsto na Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997, considere as afirmações a seguir.

I- Configura-se crime de tortura a ação de submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, a intenso sofrimento físico ou mental, utilizando-se para tal do uso de violência ou grave ameaça, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

II- Se o crime for cometido por agente público, incidirá causa de aumento de pena de um sexto até um terço, além da perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo quádruplo do prazo da pena aplicada.

III- O crime é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, ainda quando não tenha sido praticado em território nacional, desde que a vítima seja brasileira, ou se o agente do crime se encontrar em local sob jurisdição brasileira.

IV- Considera-se causa de aumento de pena se a ação de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental tiver como *animus* discriminação racial ou religiosa.

(A) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.

(B) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

(C) Somente as alternativas III e IV estão corretas.

(D) Somente as alternativas I e III estão corretas.

66 Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2013, o Brasil já ocupava o 5º lugar num ranking de 83 países em que mais se matam mulheres. São 4,8 homicídios por 100 mil mulheres e quase 30% dos crimes ocorrem nos domicílios. Além disso, uma pesquisa do DataSenado (2013) revelou que 1 em cada 5 brasileiras assumiu que já foi vítima de violência doméstica e familiar provocada por um homem. Diante do exposto, considera-se direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados. Sua inquirição **NÃO** deve obedecer à/ao seguinte diretriz e procedimento:

(A) a não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.

(B) a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

(C) será garantido que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, bem como seus familiares e testemunhas, tenha contato direto com investigados ou suspeitos e com pessoas a eles relacionadas.

(D) a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterà os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida.

67 A cerca dos crimes praticados contra a criança e adolescente, por ação ou omissão, previstos na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, **NÃO** é correto afirmar que

(A) os crimes praticados contra a criança e adolescente são todos de ação pública incondicionada.

(B) considera-se crime com pena de detenção de seis meses a dois anos, o ato de privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.

(C) a perda do cargo, do mandato ou da função são efeitos da condenação quando os crimes forem praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, desde que condicionados à ocorrência da reincidência.

(D) o ato de produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente é considerado crime punível com pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

- 68** O Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 define penas para os crimes de comércio ilegal de arma de fogo, tráfico internacional e posse ou porte ilegal de arma de uso restrito. Sobre o registro e o porte de armas, **NÃO** é correto afirmar que
- (A) os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, desde que em serviço.
 - (B) aos residentes em área rural, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel rural.
 - (C) o porte de arma de fogo é permitido aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, nos cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.
 - (D) o certificado de Registro de Arma de Fogo, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

69 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o órgão da Organização dos Estados Americanos especializado em matéria de Direitos Humanos, cuja atribuições são definidas pelo Pacto de São José da Costa Rica. Nos termos desse tratado, a Comissão Interamericana tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício do seu mandato, tem a função de atuar com respeito às petições e outras comunicações. Sobre essa função pode-se afirmar o seguinte:

- (A) para que uma petição ou comunicação seja admitida pela Comissão Interamericana, será necessário que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos, não se admitindo qualquer exceção, diante do princípio da subsidiariedade.
- (B) a Comissão Interamericana declarará inadmissível toda petição ou comunicação apresentada que não expuser fatos que caracterizem violação dos direitos garantidos pelo Pacto de São José da Costa Rica e demais normas do Estado demandado.
- (C) a petição ou comunicação deve ser apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva, para efeitos de admissibilidade perante a Comissão Interamericana.
- (D) a petição ou comunicação apresentada à Comissão Interamericana pode ter sido examinada anteriormente pela Comissão ou ter seu exame ou apreciação pendente por outro organismo internacional.

70 Com base na Portaria Interministerial n. 4226, de 31 de outubro de 2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, é correto afirmar que

- (A) o uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.
- (B) é legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada.
- (C) os chamados "disparos de advertência" não são considerados prática aceitável, por não atenderem aos princípios elencados na Diretriz n.º 2 e em razão da imprevisibilidade de seus efeitos.
- (D) o ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem faz parte da prática rotineira.

71 A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos mais importantes da área, tendo seu texto influenciado constituições e outros tratados internacionais e marcado um movimento de internacionalização dos direitos humanos. Acerca desse importante documento internacional, pode-se afirmar o seguinte:

(A) é vinculante e obriga todos os Estados-membros das Nações Unidas a garantir seu cumprimento, possibilitando que o Conselho de Direitos Humanos fixe sanções pelo seu descumprimento.

(B) quando aprovado, em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, não houve qualquer voto contrário ou abstenção para sua aprovação, por traduzir os valores e anseios mundiais.

(C) declara que toda pessoa tem direito de propriedade assegurado, desde que cumpra com sua função social.

(D) declara que toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença.

72 O Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos, foi aprovado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1969. Ele cria o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e fixa importantes direitos para as Américas. Sobre esse tratado interamericano, sabe-se que

(A) estabelece que nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.

(B) reconhece o direito de reunião pacífica e sem armas. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas em ato administrativo e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

(C) toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, desde que tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções públicas.

(D) os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir imediatamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

73 A Corte Interamericana de Direitos Humanos foi estabelecida pelo Pacto de São José da Costa Rica, o qual também fixou regras sobre sua estrutura e funcionamento, logo

(A) a Corte é composta por nove juízes, nacionais dos Estados membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.

(B) os juízes da Corte são eleitos em votação secreta e pelo voto da maioria absoluta dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, na Assembleia Geral da Organização, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados.

(C) os juízes da Corte são eleitos por um período de seis anos e só poderão ser reeleitos uma vez.

(D) o quorum para as deliberações da Corte é constituído por sete juízes.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

74 De acordo com o art. 4º da Lei Complementar do Estado do Pará, n. 053, de 07 de fevereiro de 2006, **NÃO** está entre as competências atribuídas à Polícia Militar do Pará

- (A) realizar pesquisas técnico-científicas, estatísticas e exames técnicos relacionados às atividades de polícia ostensiva, de preservação da ordem pública, de polícia judiciária militar e de situações de pânico e outras pertinentes.
- (B) proceder, nos termos da lei, à apuração das infrações penais de competência da polícia judiciária militar, requisitando exames periciais, bem como adotando providências cautelares destinadas a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais no âmbito de suas atribuições.
- (C) realizar o policiamento assistencial de proteção às crianças, aos adolescentes e aos idosos.
- (D) sempre apoiar o Poder Judiciário Estatal no cumprimento de suas decisões.

75 Sobre os preceitos fundamentais éticos do policial militar, previstos na Lei estadual n. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, considere as afirmações a seguir.

I- Ao policial militar da ativa é vedado exercer atividade de segurança particular, comercial ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade, ou dela ser sócio ou participar, ainda que indiretamente, como acionista ou cotista em sociedade anônima ou limitada.

II- É dever dedicar-se integralmente ao serviço policial-militar e ser fiel à instituição a que pertence, mesmo com o risco da própria vida.

III- Ao policial militar é proibido solicitar ou provocar publicidade visando à própria promoção pessoal.

IV – O comportamento ético previsto no Código de Ética e Disciplina da PM do Pará abrange os policiais militares ativos, inativos, os alunos de órgãos específicos de formação, especialização e aperfeiçoamento de policiais militares, bem como os policiais militares que estão à disposição de outros órgãos.

- (A) Somente as afirmações I, II e IV estão corretas.
- (B) Somente as afirmações II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmações I, II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmações estão corretas.

76 Sobre o conceito e a classificação das transgressões disciplinares previstas na Lei Estadual n. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, **NÃO É CORRETO** afirmar que

(A) se considera transgressão de natureza grave cometer a subordinado atividades que não são inerentes às funções de policial.]

(B) a transgressão será considerada de natureza “média” quando constituir atos que, por suas consequências, não resultem em grandes prejuízos ou transtornos ao serviço policial-militar e/ou à administração pública.

(C) atos atentatórios aos direitos humanos fundamentais são considerados transgressões de natureza “grave”.

(D) a transgressão disciplinar classifica-se, de acordo com sua gravidade, em leve, média ou grave, sendo que a classificação da transgressão compete a quem couber aplicar a punição, considerando a natureza e as circunstâncias do fato.

RASCUNHO

77 Sobre os preceitos da ética Policial-Militar, previstos no art. 30 do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará, Lei Estadual n. 5.251, de 31 de julho de 1985, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) respeitar a dignidade da pessoa humana.
- (B) ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada.
- (C) quando estiver em serviço, conduzir-se de modo a que não sejam prejudicados os princípios da disciplina do respeito e do decoro Policial-Militar.
- (D) garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar.

78 Com relação aos direitos dos Policiais Militares dispostos no Capítulo I do Título III do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará, Lei Estadual n. 5.251, de 31 de julho de 1985, é correto afirmar que

- (A) possui direito à estabilidade, quando praça com 12 (doze) ou mais anos de tempo de efetivo serviço.
- (B) possui direito a funeral para si e seus dependentes, sendo este constituindo-se por um conjunto de medidas tomadas pelo Estado, automaticamente, desde o óbito até o sepultamento condigno.
- (C) possui direito irrestrito à moradia, quando em atividade, sendo esta compreendida como alojamento em Organização Policial-Militar ou habitação para si e seus dependentes, em imóvel sob a responsabilidade da Corporação.
- (D) possui direito ao porte de arma, quando oficial em serviço ativo ou na inatividade, salvo se for inativo por alienação mental ou condenação por crime contra a Segurança ou por atividade que desaconselham o porte.

79 No que diz respeito à remuneração e à pensão dos policiais militares, conforme previsto no Decreto-Lei n. 667 de 2 de julho de 1969, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) a remuneração na inatividade é irredutível, devendo ser revista automaticamente na mesma data de revisão da remuneração dos militares que estão na ativa, visando à preservação do valor equivalente à remuneração do militar da ativa do correspondente posto ou graduação.
- (B) a remuneração na inatividade é calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, sendo sempre integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos em exercício de atividade de natureza militar.
- (C) a remuneração do militar reformado por invalidez decorrente do exercício da função ou em razão dela é sempre integral, devendo ser calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada.
- (D) o benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade.

80 Conforme previsto no Estatuto dos Policiais-Militares do Estado do Pará, não são considerados dependentes do policial militar

- (A) o menor que esteja sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.
- (B) ex-esposa com direito à pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo casamento.
- (C) o esposo inválido, ou seja, o impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, não podendo prover os meios de subsistência, mediante julgamento proferido por Junta Policial-Militar de Saúde da Corporação.
- (D) o irmão, o cunhado e o sobrinho, quando menores ou inválidos ou interditos, sem outro arrimo, desde que vivam sob a dependência econômica e sob o mesmo teto do policial militar, devendo para tal as referidas condições serem declaradas expressamente na Organização Policial-Militar competente.

REDAÇÃO

No texto *Polícia Militar do Pará comemora 39 anos do ingresso de mulheres na corporação*, as pessoas citadas ressaltam a importância da presença de mulheres na Polícia Militar (PM) e a necessidade de se reconhecer seu trabalho. Produza um texto em prosa sobre

**A CONTRIBUIÇÃO QUE AS MULHERES TÊM DADO
À CORPORÇÃO DA PM DO PARÁ.**

Sua redação deverá ter, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30; * *Textos em versos, rasurados, escritos a lápis ou com letra ilegível NÃO serão aceitos*; * O espaço abaixo é para **RASCUNHO**, porém, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, **transcrito no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** fornecido especificamente para esse fim; * *Em nenhuma hipótese, o RASCUNHO será considerado na correção.*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	RASCUNHO
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	